

Relações sino-lusófonas: comércio, investimentos e cooperação tecnológica na iniciativa cinturão e rota

Bernardo Gonçalves Arnaud

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.65-82>

Resumo

Este artigo analisa as relações económicas e estratégicas entre a República Popular da China e os países de língua portuguesa no contexto da Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI). O estudo examina a evolução das relações comerciais, dos fluxos de investimento direto estrangeiro, das aquisições tecnológicas e dos acordos de cooperação bilateral estabelecidos desde o lançamento do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Forum Macau) em 2003 e intensificados com a BRI a partir de 2013 (Forum Macau, 2024).

A análise abrange Brasil, Angola, Moçambique e Portugal como estudos de caso principais, destacando os setores estratégicos de energia, infraestrutura, mineração, agricultura e tecnologia. Os resultados demonstram um crescimento exponencial nas relações sino-lusófonas, com o comércio bilateral China-Brasil crescendo de USD 6,6 bilhões em 2003 para USD 157,5 bilhões em 2023, e investimentos chineses acumulados ultrapassando USD 100 bilhões nos países lusófonos. (MDIC, 2024; American Enterprise Institute, 2024) (Forum Macau, 2024) (Santos & Milan, 2014).

O artigo também examina as aquisições estratégicas chinesas em empresas tecnológicas e de infraestrutura digital, evidenciando uma nova fase da cooperação focada em setores de alto valor agregado. Conclui-se que as relações sino-lusófonas constituem um eixo fundamental da estratégia global chinesa, com implicações significativas para a geopolítica global e o desenvolvimento económico dos países lusófonos.

Palavras-chave: China; Países Lusófonos; Iniciativa Cinturão e Rota; Investimento Direto Estrangeiro; Cooperação Sul-Sul; Tecnologia; Aquisições Estratégicas (Christensen, 2010)

Abstract

This article analyzes the economic and strategic relations between the People's Republic of China and Portuguese-speaking countries within the context of the Belt and Road Initiative (BRI). The study examines the evolution of trade relations, foreign direct investment flows, technology acquisitions, and bilateral cooperation agreements established since the launch of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-speaking Countries (Forum Macau) in 2003 and intensified with the BRI from 2013 onwards.

The analysis covers Brazil, Angola, Mozambique, and Portugal as main case studies, highlighting strategic sectors including energy, infrastructure, mining, agriculture, and technology. Results demonstrate exponential growth in Sino-Lusophone relations, with China-Brazil bilateral trade growing from USD 6.6 billion in 2003 to USD 157.5 billion in 2023, and accumulated Chinese investments exceeding USD 100 billion in Portuguese-speaking countries.

The article also examines Chinese strategic acquisitions in technology and digital infrastructure companies, evidencing a new phase of cooperation focused on high value-added sectors. The conclusion is that Sino-Lusophone relations constitute a fundamental axis of China's global strategy,

with significant implications for global geopolitics and the economic development of Portuguese-speaking countries.

Keywords: China; Lusophone Countries; Belt and Road Initiative; Foreign Direct Investment; South-South Cooperation; Technology; Strategic Acquisitions

1. Introdução

As relações entre a República Popular da China e os países de língua portuguesa têm experimentado uma transformação sem precedentes nas últimas duas décadas. O que começou como contactos diplomáticos limitados evoluiu para uma parceria estratégica multidimensional que abrange comércio, investimentos, transferência de tecnologia e cooperação cultural. Esta evolução está intrinsecamente ligada à ascensão da China como potência económica global e à sua estratégia de projeção de influência através de iniciativas como o Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI).

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau), estabelecido em 2003, representa um marco institucional fundamental nesta relação. Através deste mecanismo, a China consolidou laços com Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste, criando uma plataforma de diálogo que facilitou a expansão económica chinesa nestes mercados estratégicos. (Fórum Macau, 2024)

A importância desta relação transcende os números económicos. Os países lusófonos ocupam posições geográficas estratégicas – desde o Atlântico Sul (Brasil e Angola) até a Europa (Portugal) e o Sudeste Asiático (Timor-Leste) – e controlam vastos recursos naturais essenciais para a economia chinesa. Simultaneamente, a China oferece capital, tecnologia e mercados consumidores que podem catalisar o desenvolvimento económico destes países (Duarte, 2020; Roque, 2009).

Este artigo propõe-se a analisar de forma sistemática e crítica as relações sino-lusófonas contemporâneas, com foco particular em três dimensões: (1) a evolução das relações comerciais e dos padrões de comércio bilateral; (2) os fluxos de investimento direto estrangeiro chinês e suas características setoriais; e (3) as aquisições e investimentos estratégicos em tecnologia que representam uma nova fase das relações bilaterais. A análise abrange o período de 2003 a 2024, permitindo identificar tendências de longo prazo e avaliar o impacto da BRI nas relações sino-lusófonas.

Este artigo contribui para a literatura existente em três dimensões fundamentais. Primeiro, oferece um mapeamento empírico atualizado e abrangente das relações sino-lusófonas que integra dados comerciais, fluxos de investimento e aquisições tecnológicas num único quadro analítico – uma lacuna identificada por Duarte

(2020) e Pinto & Viola (2021). Segundo, adota uma perspectiva de economia política internacional que articula dinâmicas de comércio, investimento e tecnologia com considerações geopolíticas e de desenvolvimento sustentável, superando abordagens puramente econométricas ou estritamente geopolíticas. Terceiro, ao focar especificamente no espaço lusófono como unidade de análise, o estudo contribui para compreender como vínculos linguísticos e históricos moldam padrões contemporâneos de interdependência econômica, complementando estudos regionais sobre China-África (Alves, 2013; Brautigam, 2020), China-América Latina (Gallagher & Myers, 2023; Ray et al., 2015) e China-Europa (Zhang, 2019).

2. Enquadramento Teórico e Contextual

2.1. A Ascensão da China e a Reconfiguração da Ordem Global

A ascensão econômica da China representa um dos fenômenos mais significativos da história contemporânea. Entre 1978 e 2024, o PIB chinês cresceu a uma taxa média superior a 9% ao ano, transformando o país numa superpotência econômica. Este crescimento foi acompanhado por uma estratégia deliberada de internacionalização que, na última década, cristalizou-se na Iniciativa Cinturão e Rota. (State Council Information Office, 2021)

A BRI, lançada oficialmente em 2013 pelo Presidente Xi Jinping, representa uma ambiciosa estratégia de conectividade global que abrange mais de 150 países e organizações internacionais. Com investimentos estimados em vários trilhões de dólares, a iniciativa visa criar uma rede integrada de infraestruturas – portos, ferrovias, rodovias, oleodutos, redes de telecomunicações – que facilitará o comércio e a integração econômica entre a Ásia, Europa, África e América Latina. (Xi, 2017) (State Council Information Office, 2021).

2.2. A Lusofonia como Ativo Estratégico

O espaço lusófono, com aproximadamente 280 milhões de falantes distribuídos por quatro continentes, oferece à China vantagens estratégicas únicas. Primeiro, representa mercados diversificados com necessidades complementares de desenvolvimento de infraestruturas. Segundo, proporciona acesso a recursos naturais estratégicos: petróleo e gás em Angola e Brasil, minerais em Moçambique, e agricultura em vários países. Terceiro, Portugal funciona como porta de entrada para a União Europeia, enquanto o Brasil é a maior economia da América Latina. (Forum Macau, 2024) (Vines & Campos, 2019; Casanova et al., 2015).

A China reconheceu precocemente estas vantagens, estabelecendo o Forum Macau em 2003, bem antes do lançamento formal da BRI. Esta visão estratégica permitiu à China desenvolver relações profundas e diversificadas que vão além

do comércio de commodities, incluindo transferência de tecnologia, cooperação financeira e projetos de infraestrutura de grande escala.

3. Evolução das Relações Comerciais Sino-Lusófonas

2.3. Enquadramento Teórico e Metodológico

Este estudo posiciona-se teoricamente na interseção entre economia política internacional e estudos de desenvolvimento, adotando uma perspectiva analítica que integra elementos do realismo estrutural e da teoria da interdependência complexa. Reconhecemos que as relações sino-lusófonas são moldadas tanto por considerações de poder e interesse nacional (centrais ao realismo) quanto por dinâmicas de interdependência económica e institucionalização da cooperação (ênfatisadas pelo liberalismo institucional).

Metodologicamente, o estudo emprega uma análise qualitativa comparativa de múltiplos casos (Brasil, Angola, Moçambique e Portugal), combinada com análise quantitativa de dados de comércio e investimento. A seleção destes quatro países justifica-se por representarem diferentes perfis económicos, geográficos e de integração com a China: Brasil como economia industrializada emergente, Angola e Moçambique como economias exportadoras de recursos naturais, e Portugal como economia desenvolvida e membro da União Europeia.

Os dados primários provêm de fontes institucionais oficiais (MDIC, Banco Central do Brasil, Forum Macau, China Global Investment Tracker) e são triangulados com literatura académica peer-reviewed e relatórios de organizações internacionais. O período de análise (2003-2024) permite capturar tanto a fase pré-BRI quanto o período de expansão da iniciativa, possibilitando análise longitudinal das tendências.

As principais limitações metodológicas incluem: (1) dependência de dados secundários, que podem apresentar inconsistências entre diferentes fontes; (2) assimetria na disponibilidade de dados detalhados entre os quatro países analisados; (3) dificuldade em quantificar transferência efetiva de tecnologia versus transferência nominal; e (4) desafios em separar motivações económicas de geopolíticas nos investimentos chineses. Estas limitações são reconhecidas e contextualizadas na interpretação dos resultados.

3. Evolução das Relações Comerciais Sino-Lusófonas

3.1. Brasil: O Gigante do Atlântico Sul

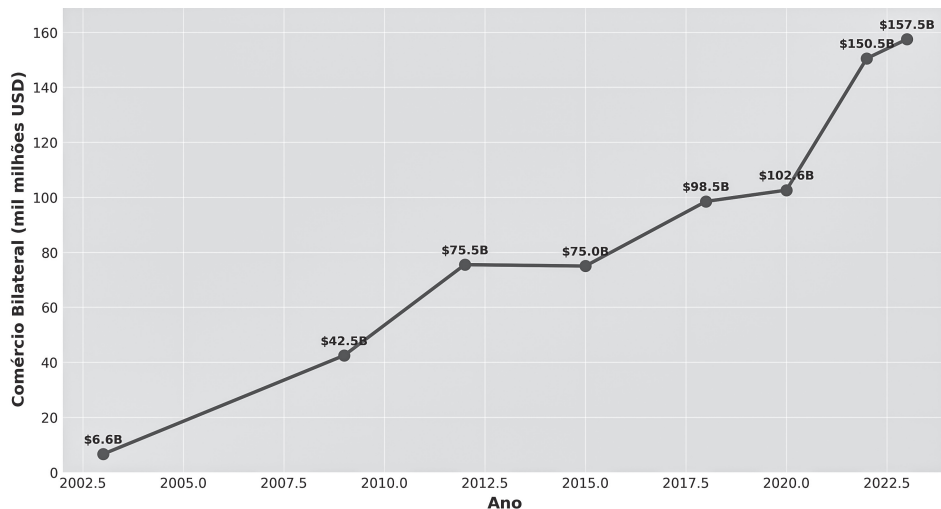
O Brasil constitui o parceiro comercial mais significativo da China entre os países lusófonos. As relações comerciais sino-brasileiras experimentaram um crescimento exponencial nas últimas duas décadas, transformando a China no principal

parceiro comercial do Brasil desde 2009. O comércio bilateral cresceu de USD 6,6 bilhões em 2003 para USD 157,5 bilhões em 2023, um aumento de aproximadamente 2.300%. (MDIC, 2024; American Enterprise Institute, 2024) (Casanova et al., 2015).

A estrutura do comércio sino-brasileiro revela um padrão característico das relações China-América Latina: o Brasil exporta principalmente commodities agrícolas (soja, carnes, celulose) e minerais (minério de ferro), enquanto importa produtos manufaturados, máquinas e equipamentos eletrônicos. Este padrão comercial tem gerado debates sobre uma possível ‘reprimarização’ da economia brasileira, embora estudos recentes sugiram uma gradual diversificação das exportações brasileiras. (Jenkins & Edwards, 2015) (Casanova et al., 2015).

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) indicam que, em 2023, as exportações brasileiras para a China totalizaram USD 104,3 bilhões, representando 31,3% das exportações totais do país. As importações da China alcançaram USD 53,2 bilhões, gerando um superávit comercial favorável ao Brasil de USD 51,1 bilhões. (MDIC, 2024)

Figura 1: Evolução do Comércio Bilateral China-Brasil (2003-2023)



Fonte: MDIC (2024) e American Enterprise Institute (2024)

3.2. Angola: Petróleo e Reconstrução

Angola emergiu como parceiro estratégico crucial da China em África, particularmente após o fim da guerra civil em 2002. A China tornou-se o principal destino das exportações angolanas e a maior fonte de investimento direto estrangeiro, financiando vastos projetos de reconstrução de infraestruturas através de acordos ‘recursos por infraestrutura’. (Vines & Campos, 2019) (Alves, 2013).

O comércio bilateral China-Angola cresceu substancialmente, atingindo USD 23,2 bilhões em 2023. O petróleo domina as exportações angolanas, representando mais de 95% do total. Angola tornou-se um dos principais fornecedores africanos de petróleo para a China, com exportações diárias superiores a 500.000 barris em anos recentes, embora este volume tenha oscilado conforme a dinâmica dos preços globais de petróleo e a produção doméstica angolana. (American Enterprise Institute, 2024) (Vines & Campos, 2019).

3.3. Moçambique: Gás Natural e Desenvolvimento de Infraestruturas

As relações comerciais sino-moçambicanas intensificaram-se significativamente na última década, impulsionadas pelos descobrimentos de vastas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma. O comércio bilateral alcançou USD 4,8 bilhões em 2023, marcando um crescimento expressivo face aos USD 200 milhões registados em 2003 (Roque, 2009).

A China investiu pesadamente em infraestruturas moçambicanas, incluindo a construção da ponte Maputo-Catembe (maior ponte suspensa em África), estradas, barragens hidroelétricas e instalações portuárias. Empresas chinesas também desenvolveram projetos significativos nas indústrias extrativas, agricultura e energia. (Roque, 2009)

3.4. Portugal: A Porta Europeia

Portugal ocupa uma posição única nas relações sino-lusófonas, funcionando como ponte entre a China e a União Europeia. O comércio bilateral China-Portugal cresceu de USD 1,8 bilhões em 2003 para USD 8,7 bilhões em 2023. Embora menor em termos absolutos comparado ao Brasil ou Angola, a relação é qualitativamente distinta, caracterizada por investimentos em setores estratégicos como energia, finanças e tecnologia. (Duarte, 2020) (Zhang, 2019).

A China realizou aquisições significativas em Portugal, incluindo participações na EDP (energia), REN (redes energéticas), CGD (banca) e vários clubes de futebol. Portugal beneficiou de investimentos chineses que contribuíram para a recuperação económica pós-crise de 2008-2012, embora estas aquisições tenham também suscitado debates sobre soberania económica e segurança estratégica. (Duarte, 2020; Zhang, 2019)

4. Investimentos e Aquisições Estratégicas em Tecnologia

4.1. A Dimensão Tecnológica da Estratégia Chinesa

A partir da segunda década do século XXI, as relações sino-lusófonas entraram numa nova fase caracterizada por investimentos estratégicos em setores de

alto valor tecnológico. Esta evolução reflete a transição da própria economia chinesa, que passou de ‘fábrica do mundo’ a potência em inovação tecnológica, e a necessidade de assegurar acesso a tecnologias críticas para sustentar este desenvolvimento (State Council Information Office, 2021).

A estratégia tecnológica chinesa nos países lusófonos concentra-se em cinco áreas principais: (1) infraestrutura digital e telecomunicações 5G; (2) energia renovável e tecnologias limpas; (3) veículos elétricos e mobilidade sustentável; (4) biotecnologia e agrotecnologia; e (5) inteligência artificial e big data. Estas áreas alinham-se perfeitamente com as prioridades da política industrial chinesa, particularmente o plano ‘Made in China 2025’ e a estratégia de ‘dupla circulação’. (State Council Information Office, 2021)

4.2. Infraestrutura Digital e Telecomunicações

A Huawei e a ZTE estabeleceram presença dominante nas infraestruturas de telecomunicações dos países lusófonos. No Brasil, a Huawei investiu mais de USD 800 milhões em pesquisa e desenvolvimento, estabelecendo centros de inovação em São Paulo e Brasília. A empresa fornece equipamentos para as principais operadoras brasileiras e participou ativamente nos testes de tecnologia 5G, embora enfrente crescentes restrições devido a preocupações geopolíticas. (Silva & Hendler, 2021)

Em Angola e Moçambique, empresas chinesas dominam o mercado de telecomunicações, fornecendo desde infraestrutura básica até soluções de smart cities. A China Telecom e a Huawei construíram o cabo submarino de fibra ótica que liga Angola, Moçambique e Brasil (SACS – South Atlantic Cable System), melhorando significativamente a conectividade digital do Atlântico Sul. (Silva & Hendler, 2021)

Portugal tornou-se um hub tecnológico estratégico para empresas chinesas na Europa. A Huawei estabeleceu em Portugal um dos seus principais centros europeus de inovação em 5G, investindo EUR 15 milhões. A empresa colabora com universidades portuguesas em investigação e desenvolvimento, formando engenheiros e investigadores em tecnologias de ponta. (Zhang, 2019)

4.3. Energia Renovável e Tecnologias Limpas (State Council Information Office, 2021)

O setor de energia renovável representa uma área de convergência estratégica entre os interesses chineses e as necessidades dos países lusófonos. A China State Grid Corporation (SGCC) adquiriu participações significativas em infraestruturas energéticas portuguesas, incluindo 25% da REN (Redes Energéticas Nacio-

nais) e participação na EDPR (EDP Renováveis), tornando-se um dos maiores investidores em energias renováveis na Europa. (Duarte, 2020) (Zhang, 2019).

No Brasil, empresas chinesas investiram mais de USD 12 bilhões em projetos de energia eólica e solar entre 2015 e 2023. A State Grid Brasil opera importantes linhas de transmissão de energia, enquanto a China Three Gorges Corporation (CTG) adquiriu participações significativas em usinas hidrelétricas brasileiras, incluindo projetos no Rio Madeira e no complexo de Belo Monte. (Leite et al., 2021)

Em Angola, a China estabeleceu parcerias para desenvolvimento de projetos solares que visam diversificar a matriz energética do país, tradicionalmente dependente do petróleo. A Sonangol e empresas chinesas desenvolvem projetos piloto de energia solar em províncias angolanas, com investimentos estimados em USD 2 bilhões até 2030 (Vines & Campos, 2019).

4.4. Veículos Elétricos e Mobilidade Sustentável

A indústria de veículos elétricos (VE) chinesa expandiu agressivamente para mercados lusófonos. A BYD, maior fabricante mundial de VE, estabeleceu operações no Brasil com investimentos de USD 600 milhões para construir uma fábrica de chassis de ônibus elétricos e baterias no estado da Bahia. A empresa pretende fazer do Brasil um hub de exportação para a América Latina. (Leite et al., 2021)

Em Portugal, a BYD fornece ônibus elétricos para sistemas de transporte público em Lisboa, Porto e outras cidades. A Great Wall Motors (GWM) anunciou investimentos significativos no mercado português de automóveis, visando não apenas vendas domésticas mas também exportação para outros países europeus (Leite et al., 2021).

A transferência de tecnologia no setor de VE é particularmente significativa. Acordos entre fabricantes chineses e instituições brasileiras incluem desenvolvimento conjunto de tecnologia de baterias de lítio, aproveitando as vastas reservas de lítio recentemente descobertas no Brasil. Esta cooperação pode posicionar o Brasil como player relevante na cadeia global de valor dos VE (Leite et al., 2021).

4.5. Biotecnologia e Agrotecnologia

O setor de biotecnologia agrícola testemunhou investimentos chineses estratégicos, particularmente no Brasil. A ChemChina adquiriu a Syngenta em 2017 por USD 43 bilhões, uma das maiores aquisições corporativas chinesas. Esta transação conferiu à China controlo sobre tecnologias críticas de sementes e agroquímicos, fundamentais para a segurança alimentar global e para as exportações agrícolas brasileiras. (Oliveira, 2017)

Empresas chinesas investem em pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia agrícola adaptada às condições tropicais, colaborando com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Estas parcerias focam-se em desenvolvimento de variedades de soja, milho e algodão mais resistentes a pragas e adaptadas ao clima brasileiro, com potencial aplicação em outros países lusófonos. (Oliveira, 2017)

A BioChina estabeleceu parcerias com universidades moçambicanas para pesquisa em culturas tropicais, incluindo caju, mandioca e batata-doce. Estes projetos visam aumentar a produtividade agrícola através de melhoramento genético e práticas agronômicas avançadas, contribuindo para a segurança alimentar regional (Roque, 2009).

4.6. Inteligência Artificial e Big Data

A cooperação em inteligência artificial (IA) e big data representa a fronteira mais avançada das relações tecnológicas sino-lusófonas. No Brasil, gigantes tecnológicos chineses como Alibaba, Tencent e Baidu estabeleceram escritórios regionais e desenvolvem aplicações de IA para e-commerce, fintech e logística. (Silva & Hendler, 2021)

O Alibaba Cloud expandiu operações no Brasil, oferecendo serviços de computação em nuvem e soluções de IA para empresas brasileiras. A empresa colabora com startups brasileiras de tecnologia, fornecendo infraestrutura e expertise para desenvolvimento de aplicações baseadas em IA (Silva & Hendler, 2021).

Em Portugal, a Tencent investiu em empresas tecnológicas portuguesas e estabeleceu parcerias com universidades para pesquisa em IA. O país funciona como laboratório para testar tecnologias que posteriormente podem ser expandidas para outros mercados europeus e lusófonos (Zhang, 2019).

4.7. Análise Crítica e Implicações Estratégicas

Os investimentos e aquisições tecnológicas chinesas nos países lusófonos geram impactos multidimensionais. Do ponto de vista económico, trazem capital, tecnologia e expertise que podem acelerar o desenvolvimento industrial e a inovação. A transferência de tecnologia, quando efetiva, pode melhorar a competitividade das indústrias locais e criar empregos qualificados (Pinto & Viola, 2021).

Contudo, estas transações também suscitam preocupações legítimas. Primeiro, questões de segurança nacional e soberania tecnológica emergem quando infraestruturas críticas – telecomunicações, energia, dados – são controladas ou fortemente influenciadas por entidades estrangeiras. Segundo, a dependência tecnológica pode limitar a autonomia estratégica destes países. Terceiro, há riscos

associados à privacidade de dados e vigilância digital, particularmente em tecnologias de IA e big data (Brautigam, 2020).

Vários países lusófonos responderam a estas preocupações implementando mecanismos de escrutínio de investimentos estrangeiros. Portugal, como membro da UE, está sujeito ao Regulamento de Controlo de Investimentos Estrangeiros Diretos que permite avaliar aquisições que possam afetar segurança ou ordem pública. O Brasil aprovou em 2023 nova legislação que fortalece a análise de investimentos em infraestruturas críticas. (Zhang, 2019)

A tendência futura aponta para uma abordagem mais equilibrada: manter abertura a investimentos e cooperação tecnológica chinesa, mas com salvaguardas robustas que protejam interesses estratégicos nacionais. Este equilíbrio é particularmente desafiador num contexto de crescente rivalidade geopolítica sino-americana, onde países são pressionados a ‘escolher lados’ em questões tecnológicas críticas como 5G e semicondutores (Duarte, 2020).

5. Investimento Direto Estrangeiro Chinês

Uma análise crítica das relações sino-lusófonas revela assimetrias de poder significativas que estruturam estas interações. Conforme argumentado por Ray et al. (2015), a cooperação Sul-Sul, embora apresentada sob a retórica de parceria igualitária, frequentemente reproduz dinâmicas assimétricas quando um dos parceiros possui capacidades económicas e tecnológicas substancialmente superiores. No caso sino-lusófono, a China emerge como parceiro dominante em virtude do seu tamanho económico, capacidade tecnológica e poder de mercado.

Quem ganha? Os benefícios distribuem-se de forma desigual entre atores e setores. Elites económicas e políticas nos países lusófonos frequentemente capturam parcela desproporcional dos ganhos através de acordos de infraestrutura e concessões. Empresas estatais chinesas consolidam acesso a recursos estratégicos e mercados. Consumidores lusófonos beneficiam-se de produtos chineses mais baratos, mas à custa de desindustrialização em setores manufactureiros (Hiratuka, 2024). A análise de Hiratuka (2024) sobre as relações Brasil-China demonstra como a estrutura do comércio bilateral, concentrada em commodities versus manufaturados, perpetua padrões de especialização que dificultam a reinindustrialização brasileira.

Quem perde? Pequenas e médias empresas locais enfrentam competição desigual de produtos chineses subsidiados. Trabalhadores em setores manufactureiros sofrem com deslocamento de emprego. Comunidades locais em áreas de projetos de infraestrutura enfrentam deslocamento e degradação ambiental. Ray et al. (2015) documentam que, na América Latina, investimentos chineses em

setores extrativistas frequentemente geram conflitos socioambientais e benefícios económicos concentrados, com limitada difusão para economias locais.

A dimensão ambiental destas assimetrias merece atenção particular. Ascensão et al. (2018) alertam que a Iniciativa Cinturão e Rota enfrenta desafios ambientais críticos, incluindo fragmentação de habitats, poluição e pressão sobre recursos hídricos. Nos países lusófonos, projetos de infraestrutura chineses – hidrelétricas na Amazónia, estradas em Moçambique, portos em Angola – apresentam trade-offs complexos entre desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental. A ausência de padrões ambientais rigorosos e mecanismos efetivos de fiscalização agrava estes impactos.

A questão tecnológica ilustra particularmente bem estas assimetrias. Enquanto acordos formais prometem transferência de tecnologia, a implementação efetiva é frequentemente limitada. Empresas chinesas retêm tecnologias core, transferindo principalmente capacidades de montagem e manutenção. Esta dinâmica perpetua dependência tecnológica, limitando a capacidade dos países lusófonos de desenvolver inovação endógena e escalar a cadeia de valor global (Hiratuka, 2024).

Contudo, seria reducionista caracterizar estas relações como puramente exploratórias ou neocoloniais. Os países lusófonos possuem agência e capacidade de negociação, embora assimétricas. Brasil e Portugal, como economias maiores e mais sofisticadas, conseguem negociar termos mais favoráveis que Angola ou Moçambique. A rivalidade geopolítica sino-americana cria oportunidades para países lusófonos explorarem competição entre grandes potências para extrair melhores condições (Ray et al., 2015).

A trajetória futura dependerá da capacidade dos países lusófonos em: (1) fortalecer capacidades institucionais para negociar e fiscalizar acordos; (2) coordenar posições coletivamente através de mecanismos como o Forum Macau; (3) diversificar parcerias para reduzir dependência excessiva; (4) implementar salvaguardas ambientais e sociais robustas; e (5) priorizar projetos que genuinamente contribuam para desenvolvimento sustentável e inclusivo, ao invés de mera extração de recursos (Ascensão et al., 2018).

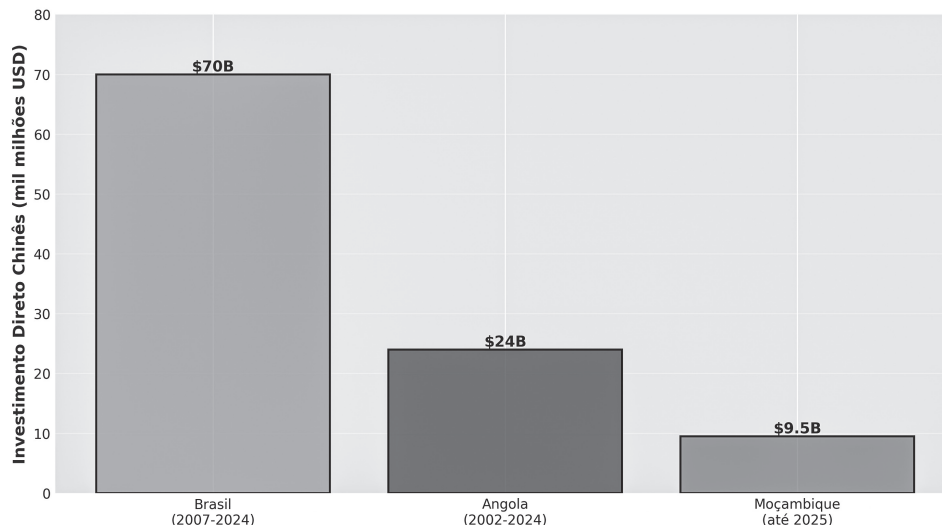
5.1. Panorama Geral dos Investimentos

O investimento direto estrangeiro (IDE) chinês nos países lusófonos cresceu exponencialmente após 2010, impulsionado pela estratégia ‘Going Out’ da China e posteriormente pela BRI. Dados da American Enterprise Institute’s China Global Investment Tracker indicam que, entre 2005 e 2023, a China investiu cumulativamente mais de USD 100 bilhões nos países lusófonos, com o Brasil absor-

vendo aproximadamente 70% deste total. (American Enterprise Institute, 2024; Gallagher & Myers, 2023) (Pinto & Viola, 2021).

Os investimentos concentram-se em setores estratégicos: energia (28%), agricultura (22%), mineração (18%), infraestruturas (15%), e tecnologia (12%). Esta distribuição setorial reflete tanto as prioridades de desenvolvimento chinês quanto as vantagens comparativas dos países receptores. (Pinto & Viola, 2021)

Figura 2: Investimentos Diretos Chineses Acumulados (2005-2023)



Fonte: China Global Investment Tracker, AEI (2024)

5.2. Características dos Investimentos Chineses

Os investimentos chineses apresentam características distintivas que os diferenciam de outras fontes de IDE. Primeiro, frequentemente assumem a forma de acordos ‘recursos por infraestrutura’, particularmente em Angola e Moçambique, onde empresas chinesas constroem infraestruturas em troca de acesso a recursos naturais. Segundo, tendem a ser investimentos de longo prazo em ativos estratégicos, ao invés de investimentos de portfólio de curto prazo. (Alves, 2013)

Terceiro, os investimentos chineses são frequentemente acompanhados por financiamento concessionário de bancos estatais chineses (China Development Bank, Export-Import Bank of China), oferecendo termos mais flexíveis que instituições financeiras ocidentais tradicionais. Quarto, há forte participação de empresas estatais chinesas, embora empresas privadas tenham aumentado sua presença nos últimos anos. (Strange et al., 2017; Myers & Gallagher, 2020)

6. Desafios e Oportunidades

6.1. Sustentabilidade da Dívida

Um dos desafios mais prementes nas relações sino-lusófonas é a questão da sustentabilidade da dívida. Angola, em particular, acumulou dívida significativa com a China, estimada em mais de USD 20 bilhões. A queda dos preços do petróleo após 2014 expôs vulnerabilidades neste modelo de financiamento baseado em commodities, forçando renegociações e reestruturações de dívida. (Brautigam, 2020; Vines & Campos, 2019)

Moçambique enfrenta desafios semelhantes, exacerbados pela crise da ‘dívida oculta’ que veio a público em 2016. A transparência e governança na gestão de empréstimos e investimentos chineses tornaram-se questões críticas que afetam a sustentabilidade de longo prazo das relações económicas. (Roque, 2009)

6.2. Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento de Capacidades

A efetividade da transferência de tecnologia constitui área de debate contínuo. Enquanto acordos formais frequentemente incluem cláusulas de transferência tecnológica, a implementação prática varia consideravelmente. No Brasil, estudos indicam que projetos de infraestrutura chineses geraram transferência tecnológica limitada, com empresas chinesas frequentemente importando não apenas equipamentos mas também trabalhadores especializados. (Leite et al., 2021)

Contudo, há exemplos positivos. No setor de energia eólica brasileiro, joint ventures entre empresas chinesas e brasileiras resultaram em desenvolvimento de capacidades locais de fabricação de turbinas e componentes. Portugal beneficiou de transferência de conhecimento em gestão de redes energéticas através das aquisições chinesas na EDP e REN. (Duarte, 2020; Zhang, 2019) (Leite et al., 2021).

6.3. Impactos Ambientais e Sociais

Projetos de infraestrutura e extrativismo associados a investimentos chineses geraram preocupações ambientais e sociais. No Brasil, a construção de hidrelétricas com participação chinesa na Amazônia suscitou críticas de ambientalistas e comunidades indígenas. Em Moçambique, projetos agrícolas chineses enfrentaram acusações de deslocamento de comunidades locais e degradação ambiental. (Oliveira, 2017)

Estas preocupações levaram a mudanças graduais na abordagem chinesa. O governo chinês publicou em 2021 diretrizes ambientais para investimentos da BRI, enfatizando sustentabilidade e responsabilidade social corporativa. Empresas chinesas progressivamente adotam padrões ambientais mais rigorosos,

embora a implementação permaneça inconsistente. (State Council Information Office, 2021)

6.4. Geopolítica e Rivalidade das Grandes Potências

As relações sino-lusófonas não existem em vácuo geopolítico. A crescente tensão entre China e Estados Unidos, particularmente após 2018, afeta as opções estratégicas dos países lusófonos. Brasil e Portugal, que mantêm relações importantes com ambas as potências, enfrentam pressões para ‘escolher lados’, especialmente em questões tecnológicas sensíveis como 5G e inteligência artificial. (Silva & Hendler, 2021)

Esta dinâmica cria tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, limita opções e gera riscos de retaliação económica. Por outro, permite aos países lusófonos explorar rivalidades das grandes potências para negociar melhores termos e condições nos seus acordos económicos (Silva & Hendler, 2021).

7. Perspectivas Futuras

As relações sino-lusófonas provavelmente aprofundar-se-ão nas próximas décadas, embora com ajustes significativos face aos desafios identificados. Várias tendências emergem como particularmente relevantes: (Pinto & Viola, 2021)

Primeiro, espera-se diversificação sectorial dos investimentos chineses, com crescente ênfase em tecnologia, serviços financeiros e economia digital. A transição da economia chinesa para setores de maior valor agregado refletir-se-á na natureza dos seus investimentos externos (Pinto & Viola, 2021).

Segundo, maior atenção à sustentabilidade ambiental e social dos projetos, impulsionada tanto por pressões internacionais quanto por evolução das próprias políticas chinesas. A China posicionou-se como líder global em energia renovável e tecnologias limpas, e esta liderança manifestar-se-á crescentemente nos seus investimentos externos (State Council Information Office, 2021).

Terceiro, institucionalização e multilateralização das relações económicas. O Forum Macau continuará a evoluir como plataforma de coordenação, potencialmente expandindo seu mandato para incluir cooperação em áreas como saúde pública, educação e cultura, para além do comércio e investimento (Forum Macau, 2024).

Quarto, maior protagonismo de empresas privadas chinesas, complementando o tradicional domínio de empresas estatais. Gigantes tecnológicos privados como Alibaba, Tencent e Huawei já desempenham papéis importantes e sua presença tenderá a expandir-se (Pinto & Viola, 2021).

Finalmente, os países lusófonos provavelmente desenvolverão abordagens mais sofisticadas para gerir suas relações com a China, equilibrando benefícios

económicos com salvaguardas de soberania e interesses estratégicos nacionais. Isto pode incluir mecanismos mais robustos de escrutínio de investimentos, maior coordenação entre países lusófonos para negociar coletivamente melhores termos, e diversificação de parceiros económicos para reduzir dependência excessiva de qualquer fonte única (Mohan & Lampert, 2013).

7.1. Limitações do Estudo

Este estudo apresenta limitações metodológicas e empíricas que devem ser reconhecidas. Primeiro, a análise depende predominantemente de dados secundários de fontes institucionais (MDIC, Forum Macau, China Global Investment Tracker), que podem apresentar inconsistências metodológicas ou lacunas de cobertura. Dados sobre investimentos chineses, particularmente, sofrem de problemas de transparência, com discrepâncias significativas entre diferentes bases de dados.

Segundo, existe assimetria substancial na disponibilidade e qualidade de dados entre os quatro países analisados. Brasil e Portugal, como economias com instituições estatísticas mais robustas, oferecem dados mais detalhados e confiáveis que Angola e Moçambique. Esta assimetria limita a profundidade da análise comparativa em certos aspectos.

Terceiro, a mensuração de transferência efetiva de tecnologia apresenta desafios metodológicos intrínsecos. Acordos formais de transferência tecnológica não garantem absorção real de conhecimento, e dados sobre esta dimensão são escassos e frequentemente qualitativos. O estudo baseia-se em análise documental e literatura secundária, não incluindo entrevistas primárias com atores-chave.

Quarto, a separação entre motivações económicas e geopolíticas nos investimentos chineses é analiticamente complexa. Empresas estatais chinesas operam sob mandatos que mesclam objetivos comerciais com considerações de política externa, dificultando atribuição causal clara.

Quinto, o período de análise (2003-2024), embora abrangente, pode não capturar plenamente impactos de longo prazo de investimentos recentes, particularmente em infraestrutura e tecnologia, cujos efeitos multiplicadores manifestam-se ao longo de décadas.

Finalmente, o estudo foca predominantemente em dimensões económicas e tecnológicas, com tratamento mais limitado de aspectos culturais, educacionais e de soft power que também caracterizam as relações sino-lusófonas. Pesquisas futuras poderiam aprofundar estas dimensões complementares.

8. Conclusão

As relações sino-lusófonas representam um dos eixos mais dinâmicos da economia política internacional contemporânea. Nos últimos vinte anos, estas relações transformaram-se de contactos limitados para parcerias estratégicas multidimensionais que abrangem comércio de centenas de bilhões de dólares, investimentos massivos em infraestruturas e cooperação tecnológica avançada (Pinto & Viola, 2021).

A análise apresentada demonstra que a China consolidou-se como parceiro económico indispensável para os países lusófonos. Para o Brasil, tornou-se o maior parceiro comercial e importante fonte de investimento. Para Angola e Moçambique, a China é simultaneamente o principal mercado para suas commodities e a maior fonte de financiamento para desenvolvimento de infraestruturas. Para Portugal, investimentos chineses contribuíram significativamente para a recuperação económica pós-crise e abrem portas para mercados asiáticos (Duarte, 2020).

Os investimentos e aquisições em tecnologia representam a fronteira mais recente e estrategicamente mais significativa destas relações. Setores como telecomunicações 5G, energia renovável, veículos elétricos, biotecnologia agrícola e inteligência artificial constituem áreas onde a cooperação sino-lusófona pode gerar benefícios substanciais. Contudo, também suscitam questões complexas sobre soberania tecnológica, segurança nacional e dependência estratégica que requerem gestão cuidadosa (Silva & Hendler, 2021).

Os desafios identificados – sustentabilidade da dívida, transparência e governança, impactos ambientais e sociais, pressões geopolíticas – são reais e significativos. Não devem ser minimizados ou ignorados. Contudo, também não devem obscurecer as oportunidades genuínas que estas relações oferecem para desenvolvimento económico, modernização de infraestruturas e integração na economia global (Brautigam, 2020).

O futuro das relações sino-lusófonas dependerá da capacidade de ambas as partes em aprender com experiências passadas e adaptar-se a circunstâncias em mudança. Para os países lusófonos, isto significa desenvolver maior sofisticação na negociação e gestão de acordos com a China, fortalecendo capacidades institucionais, melhorando transparência e governança, e mantendo diversificação de parceiros económicos (Brautigam, 2020).

Para a China, significa responder a preocupações legítimas sobre sustentabilidade da dívida, impactos ambientais e transferência tecnológica, demonstrando que a retórica de ‘cooperação win-win’ pode traduzir-se em benefícios concretos e equitativos para países parceiros (Alves, 2013).

Em última análise, as relações sino-lusófonas ilustram dinâmicas mais amplas da ordem económica global em transformação. A ascensão da China e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul desafiam estruturas tradicionais de poder e influência, criando tanto oportunidades quanto incertezas. A trajetória destas relações nas próximas décadas será um indicador importante de como países em desenvolvimento navegam este novo panorama geopolítico e económico, equilibrando imperativos de desenvolvimento com preservação de autonomia estratégica (Duarte, 2020).

Referências Bibliográficas

- Alves, A. C. (2013). China's 'win-win' cooperation: Unpacking the impact of infrastructure-for-resources deals in Africa. *South African Journal of International Affairs*, 20(2), 207-226.
- American Enterprise Institute. (2024). China Global Investment Tracker. <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>
- Banco Central do Brasil. (2024). Investimento Estrangeiro Direto no Brasil – Relatório Anual 2023. Brasília: BCB.
- Brautigam, D. (2020). A critical look at Chinese 'debt-trap diplomacy': The rise of a meme. *Area Development and Policy*, 5(1), 1-14.
- Casanova, C., Xia, L., & Ferreira, R. (2015). The dragon in the room: Measuring China's influence on Brazil through trade. *Oxford Review of Economic Policy*, 31(3-4), 475-491.
- Christensen, S. F. (2010). China, the United States and Africa: Towards a tri-polar model? *Nordisk Institut for Asienstudier*, 21(5), 459-485.
- Duarte, P. (2020). The belt and road initiative and Portugal: Geopolitics, economy and soft-power. *Revista de Estudios Internacionales*, 8(2), 45-67.
- Forum Macau. (2024). Relatório de Cooperação Económica e Comercial China-Países de Língua Portuguesa 2023. Macau: Secretariado Permanente do Forum Macau.
- Gallagher, K. P., & Myers, M. (2023). China-Latin America Finance Database. Washington: Inter-American Dialogue.
- Jenkins, R., & Edwards, C. (2015). Is China 'crowding out' Brazilian exports of manufactures? *The China Quarterly*, 224, 1029-1051.
- Leite, A. C. C., Ramos, D. A., & Souza, M. J. (2021). Investimentos chineses no Brasil: Padrões setoriais e geográficos no período 2007-2019. *Revista de Economia Contemporânea*, 25(2), e202125.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. (2024). Balança Comercial Brasileira: Dados Consolidados 2023. Brasília: MDIC.
- Mohan, G., & Lampert, B. (2013). Negotiating China: Reinserting African agency into China-Africa relations. *African Affairs*, 112(446), 92-110.
- Myers, M., & Gallagher, K. P. (2020). Chinese development finance in Africa: A new normal? Washington: Inter-American Dialogue.
- Oliveira, G. L. T. (2017). Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness. *Globalizations*, 14(1), 114-133.

- Pinto, P. M., & Viola, E. (2021). Rising China's investment in Latin America and the Caribbean: Drivers, patterns, and impacts. *Journal of Contemporary China*, 30(130), 639-658.
- Roque, P. C. (2009). China in Mozambique: A cautious approach country case study. *South African Institute of International Affairs Occasional Paper Series*, 23, 1-35.
- Santos, T. C., & Milan, M. (2014). Relações comerciais Brasil-China: Análise dos fluxos de comércio no período 2000-2012. *Indicadores Econômicos FEE*, 41(4), 97-114.
- Silva, L., & Hendler, B. (2021). 5G technology and geopolitics: The case of Huawei in Brazil. *International Political Science Review*, 42(5), 612-628.
- State Council Information Office. (2021). *China's International Development Cooperation in the New Era*. Beijing: Foreign Languages Press.
- Strange, A., Dreher, A., Fuchs, A., Parks, B., & Tierney, M. J. (2017). Tracking underreported financial flows: China's development finance and the aid-conflict nexus revisited. *Journal of Conflict Resolution*, 61(5), 935-963.
- Vines, A., & Campos, I. (2019). *Angola and China: A pragmatic partnership*. Working Paper, Centre for Strategic and International Studies, Washington.
- Wang, J. Y. (2007). What drives China's growing role in Africa? IMF Working Paper WP/07/211, International Monetary Fund, Washington.
- Xi, J. (2017). Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road. Discurso no Belt and Road Forum for International Cooperation, Beijing, 14 de maio.
- Zhang, J. (2019). China and the Belt and Road Initiative in Europe: The case of Portugal. CICP Working Paper, Universidade do Minho.
2. Ascensão, F., Fahrig, L., Clevenger, A. P., Corlett, R. T., Jaeger, J. A., Laurance, W. F., & Pereira, H. M. (2018). Environmental challenges for the Belt and Road Initiative. *Nature Sustainability*, 1(5), 206-209. <https://doi.org/10.1038/s41893-018-0059-3>
3. Hiratuka, C. (2024). Relações econômicas entre Brasil e China nas duas primeiras décadas do século XXI: uma perspectiva a partir dos desafios contemporâneos para a reindustrialização brasileira. *Economia e Sociedade*, 33(3), e282874. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.282874>
4. Ray, R., Gallagher, K. P., López, A., & Sanborn, C. (2015). China in Latin America: Lessons for South-South cooperation and sustainable development. Boston University Global Economic Governance Initiative. <https://www.bu.edu/gdp/files/2015/04/China-in-Latin-America-Lessons-for-South-South-Cooperation-Sustainable-Development.pdf>

Data de receção: 1/11/2025

Data de aprovação: 9/2/2026